

Regulamentação do Mercado de Criptomoedas

Aspectos Penais e Processuais Penais

Público-alvo Magistrados

Local Plataforma Moodle

Conteúdo Programático

1 - Definições, conceitos e características do ecossistema de criptoativos

2 - Criptoativos, entidade públicas e estrutura regulatória

3 - Objetivo do PL 4401/2021

4 - Histórico do PL 4401/2021

Autoria do PL e data de apresentação. Principais marcos. Opção "Tramitação Detalhada". Nota técnica da Associação dos Procuradores da República. Situação atual. Aprovado no âmbito do Senado Federal e atualmente em discussão na Câmara dos Deputados

5 - Disposições do PL 4401/2021

Autorização prévia para funcionamento das prestadoras de serviços de ativos virtuais no país. Definição de ativo virtual. Competência para estabelecer quais ativos financeiros serão regulados. Abertura de conta e realização de operações por órgãos e entidades da Administração Pública. Diretrizes a serem observadas na prestação de serviço de ativos virtuais. Definição de prestadora de serviços

de ativos virtuais. Autorização de serviços relacionados. Atribuição para disciplinar o funcionamento e supervisão da prestadora de serviços de ativos virtuais. Competências do regulador. Definição das hipóteses de cancelamento. Possibilidade de prestar exclusivamente ou cumulativamente o serviço de ativos virtuais. Definição das condições e prazos para adequação das prestadoras já em atividade às disposições da lei. Alteração no Código Penal (art. 171-A). Alteração na Lei nº 7492/1986 (parágrafo único do art. 1º). Alterações na Lei nº 9613/1998. Aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor. Redução de alíquotas de tributos. Prazo para entrada em vigor

6 - Afastamento de sigilo e busca e apreensão

Aspectos na busca e apreensão. Roteiro sugerido para acompanhamento de Mandados de Busca e Apreensão que envolvam atividades ilícitas com criptoativos

Inscrições

Juizes federais da 2ª Região:

<http://www7.trf2.jus.br/cae>

Realização

Coordenação: Desembargador Federal Marcello Granado

Portaria de Credenciamento Enfam N° 203, de 11 de julho de 2022